

Sobre a produção psicanalítica e os cenários da universidade

Daniel Kupermann

Universidade de São Paulo
São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Pretende-se, nesse ensaio, problematizar a produção de saber na psicanálise através de três eixos de trabalho: reflexão acerca da inserção da psicanálise no campo das ciências, genealogia da formação psicanalítica e análise das possibilidades de produção de saber psicanalítico na universidade.

Palavras-chave: psicanálise, psicanálise-instituições, história da psicanálise, transferência, universidade.

ABSTRACT

On psychoanalytical production and university scenarios

The intention of this essay is to discuss the production of knowledge in psychoanalysis taking into consideration three lines of work: reflection on the insertion of psychoanalysis into the field of science, the genealogy of psychoanalytical training and the possibilities of production of psychoanalytical knowledge at the university.

Keywords: psychoanalysis, psychoanalysis-institutions, history of psychoanalysis, transference, university.

RESUMEN

Sobre la producción psicoanalítica y los escenarios de la universidad

En este ensayo, se pretende problematizar la producción del saber psicoanalítico, a través de tres ejes de trabajo: reflexión sobre la inserción del psicoanálisis en el campo de las ciencias, genealogía de la formación psicoanalítica y análisis de las posibilidades de producción del saber psicoanalítico en la universidad.

Palabras clave: psicoanálisis, psicoanálisis-instituciones, historia del psicoanálisis, transferencia, universidad.

DISCURSIVIDADE E TRANSFERÊNCIA

A pergunta é inspirada em Michel Foucault (1969), no ensaio *O que é um autor?* A descoberta de um manuscrito de Freud provocaria algum impacto na situação dos saberes que compõem o campo psicanalítico? E, à guisa de comparação, a descoberta de um ensaio de Galileu, ou de Newton, provocaria, por sua vez, efeitos relevantes no conhecimento adquirido no campo da física contemporânea? O aprofundamento dessa indagação indica uma importante diferença entre os processos de constituição do campo psicanalítico e os do campo das “cientificidades” (como o nomeia Foucault), e nos permite sublinhar algumas especificidades da produção de saber na psicanálise.

A resposta, não tão óbvia, sugere que a publicidade de qualquer documento póstumo atribuído a Newton ou Galileu terá lugar de destaque apenas nos museus e na historiografia da Física. Por outro lado, a revelação

de um texto de Freud – seja um manuscrito de caráter teórico ou mesmo uma carta a um de seus amigos ou discípulos – certamente causará movimento e debate. Não nos faltam exemplos. O mais célebre é, provavelmente, o *Projeto de uma psicologia* – rascunhado por Freud em 1895 e revelado apenas em meados do século XX –, que foi privilegiado por Lacan (1959/1960) para fundamentar sua leitura da ética da psicanálise. Mais recentemente, assistimos à polêmica provocada por Masson, ex-diretor de projetos dos arquivos Freud, com o resgate da problemática do trauma em *Atentado à verdade* (1984), fundamentado em documentos não divulgados aos quais teve acesso devido a sua posição (da qual logo foi, evidentemente, destituído); e, também, à publicação do ensaio *Neuroses de transferência: uma síntese* (Freud, 1915), manuscrito descoberto por Grubrich-Simitis, que possibilitou a retomada da discussão, estabelecida na correspondência com Ferenczi, acerca da filogênese das psicopatologias.

Para Foucault (1969), essa diferença é devida ao fato de que a psicanálise integra um conjunto de saberes constituídos ao longo do século XIX (dos quais o marxismo é outro representante de destaque) que, apesar de guardarem certa relação com os avanços do pensamento científico, constituem um domínio distinto, o das “discursividades”.

O ato de instauração de uma discursividade traz uma marca indelével, a da “função autor”, que persiste no percurso do desenvolvimento do campo de saber constituído, sendo “heterogêneo em relação às suas transformações ulteriores” (Foucault, 1969, p. 62). Desse modo, a relação que o nome de Freud guarda com a discursividade psicanalítica não tem paralelo entre as científicas, já que um conhecimento científico caminha independentemente das descobertas inaugurais de seus autores canônicos, enquanto os avanços em psicanálise são caracterizados pelo signo do “retorno às origens”: a releitura da obra freudiana (é possível supor que haja, atualmente, no campo psicanalítico, movimentos no sentido de deslocar a função autor para outro que não Freud).

No entanto, isso não implica que uma discursividade não tenha critérios de validação das formulações inovadoras, apenas que seus critérios não são os mesmos das científicas. O retorno ao seu ato de fundação não se confunde com a “redescoberta” do que determinado autor pretendia, tornada possível em função do estágio atual dos saberes, tampouco com a “reatualização” de um discurso em um domínio de aplicação estranho a ele, mas é inerente à sua própria especificidade como campo de saber. Retorna-se em função de um tipo de “esquecimento” que, longe de ser um acidente de percurso, parece ser constitutivo da instauração da discursividade. O retorno remete, assim, a uma abertura da riqueza da obra inaugural, obturada por uma pseudo plenitude das leituras vigentes. “A fechadura do esquecimento não foi acrescentada do exterior, ela faz parte da discursividade, é esta que lhe dá a sua lei”, lemos em Foucault (1969, p.65), “a instauração discursiva assim esquecida é simultaneamente a razão de ser da fechadura e a chave que permite abri-la, de tal modo que o esquecimento e o obstáculo do retorno só podem ser levantados pelo retorno”.

Dessa maneira, a validade de uma proposição teórica referente a uma discursividade é definida em relação à obra do seu instaurador, o que não implica imobilidade ou aprisionamento à sua literalidade. Ao contrário, a operação de retorno pode modificar um campo teórico deslocando sua ênfase ou o seu “centro de gravidade”. Encontra-se, assim, na instauração de uma discursividade, uma “costura enigmática da obra e do autor” (Foucault (1969, p. 66) que torna possível, entretanto, a emergência de *diferenças*.

Pode-se presumir que o esforço de Foucault tenha sido o de compreender as bases da revitalização da psicanálise na França promovida por Jacques Lacan por meio do seu projeto de “retorno a Freud” (cf. Lacan, 1955). A associação é mais do que evidente e, afinal, trata-se de um ensaio que coincide com o auge do movimento lacaniano, poucos anos depois da fundação da Escola Freudiana de Paris, na década de 1960. Justamente por essa relação intrínseca entre as suas idéias e a história do movimento psicanalítico, suas reflexões nos interessam na medida do que nelas é sugerido e, também, dos desafios que suscita.

Em primeiro lugar, a partir de um ponto de vista psicanalítico, a relação estabelecida entre os psicanalistas e o instaurador da discursividade psicanalítica (Freud), que nela exerce, originalmente, a função autor, pode ser lida por meio dos signos do recalçamento (o “esquecimento” foucaultiano) e da transferência, o que será desenvolvido no próximo tópico. Além disso, ao longo da história da psicanálise, há uma multiplicação da função autor, o que nos permitiria indagar se, no domínio das discursividades, a produção de saber implica, necessariamente, a emergência de novos “autores”.

Por outro lado, há que se considerar também as limitações e os constrangimentos que tendem a se impor nos domínios das discursividades, promovendo um fechamento do campo discursivo em nome do seu fundador. Afinal, no processo de emergência da função autor articulam-se relações sociais, afetivas e políticas que têm conseqüências nos modos como uma discursividade será apropriada em um determinado contexto cultural.

São questões que nos remetem ao desafio proposto por Foucault (1969): “estudar os discursos não somente pelo seu valor expressivo ou pelas suas transformações formais, mas nas modalidades da sua existência” (p. 68).

GENEALOGIA DA FORMAÇÃO PSICANALÍTICA

O primeiro movimento de retorno a Freud no percurso da história da psicanálise foi promovido por ninguém menos do que o próprio Freud. O contexto é o das duas grandes dissensões do campo psicanalítico ocorridas pouco depois da criação da Associação Psicanalítica Internacional: o rompimento de Jung, eleito em 1910 o primeiro presidente da Associação, a pedido de Freud, e também de Adler, quadro importante da psicanálise vienense. Os dois episódios levaram Freud (1914) a escrever *A história do movimento psicanalítico*, no qual encontramos, logo na abertura:

... a psicanálise é criação minha ... embora há muito tempo eu tenha deixado de ser o único psicanalista existente, acho justo continuar afirmando que ainda hoje ninguém poder saber melhor do que eu o que é a psicanálise ... o que deve ser precisamente denominado de psicanálise e o que seria melhor chamar de outro nome qualquer (p.16).

O gesto freudiano foi a contrapartida de uma tentativa, ensaiada anos antes, de rearranjo da economia e da dinâmica transferencial do movimento psicanalítico, migrando sua liderança para Jung e fazendo de Zurique seu pólo irradiador, o que serviria para solucionar três problemas: a personalização da psicanálise com a sua pessoa e com a cidade de Viena, excessivamente às margens do Ocidente; a restrição da psicanálise ao meio judaico; e seu afastamento da medicina psiquiátrica. Um representante como Jung facilitaria o reconhecimento da universalidade da psicanálise pela comunidade científica. “Essa posição, que fora de início ocupada por mim”, escreve Freud (1914, p. 56, grifo nosso), “dado o meu acervo de quinze anos de experiências, devia ser agora *transferida* para um homem mais jovem”.

A interpretação que será feita da dissensão desses dois analistas que, até então, estavam entre os discípulos mais promissores de Freud, é a de que, apesar de terem demonstrado um grande aprofundamento em seus conhecimentos psicanalíticos, sucumbiram finalmente ao recalque e, também, à transferência negativa para com Freud. A recusa do primado da etiologia sexual das neuroses era comum às teorias dos dois ex-discípulos, sendo que no caso de Jung teria sido substituída por uma *Weltanschauung* místico-religiosa, e no de Adler pela racionalização de seus motivos pessoais. Ambos teriam “anseios de prioridade”, e seriam incapazes de tolerar a autoridade de outrem (Freud, 1914, p. 65).

Assim, Freud fora obrigado a reconhecer que, se poucas pessoas conseguem manter a linha em uma discussão científica, a controvérsia em psicanálise é ainda mais passional, havendo “dificuldades particularmente grandes ligadas ao ensino da psicanálise” (p. 37).

Não é preciso ressaltar o impacto que a ruptura – sobretudo com Jung, presidente da Associação Psicanalítica Internacional – provocou na comunidade que se organizava em torno de Freud. Nesse sentido foi criado, em 1912, por iniciativa de Jones e de Ferenczi (que logo se arrependeria), o “comitê secreto”. A idéia inicial de Ferenczi pretendia que homens de confiança, que comporiam um grupo seletivo, se submetessem a uma análise pessoal com o próprio Freud para, depois, transmitirem a psicanálise em seus países de origem. Dessa maneira transmitiriam a “teoria pura não-

adulterada por complexos pessoais” (Ferenczi apud Grosskurth, 1991, p. 46).

Pode-se confirmar assim, acompanhando a engenhosidade do dispositivo imaginado por Ferenczi – no qual se inspirou a *análise didática* –, o que se coloca em jogo na produção de saber psicanalítico e na sua transmissão. Em primeiro lugar, uma relação íntima entre teoria e prática clínica, considerando-se que a experiência de análise pessoal estaria na base da possibilidade de aquisição de saber em psicanálise (veremos, logo adiante, como a institucionalização do dispositivo da supervisão clínica também nasceu sob o trauma dessas rupturas); conseqüentemente, a admissão de que a psicanálise é *um saber cuja possibilidade de produção e de transmissão é regulada pela força dos processos de recalque e, também, pelas vicissitudes da transferência* (cf. Kupermann, 1996), e que a transferência positiva a Freud constituiria o melhor instrumento para se evitar a adulteração teórica motivada por complexos pessoais. Não é difícil vislumbrar o que, em futuro próximo, consistiria no fracasso da formação psicanalítica padronizada adotada pelos institutos internacionais: o deslocamento subreptício da transferência necessária a toda análise para fora do *setting*, com a finalidade de doutrinação teórica e manipulação política.

Quando, em 1926, no congresso de Bad-Homburg, o modelo padronizado de formação psicanalítica tripartida – análise pessoal, supervisão clínica e estudo teórico – foi adotado, havia uma divergência em relação à supervisão (originalmente nomeada “análise de controle”). O grupo de Viena e Budapeste – encabeçado por Ferenczi – entendia que, ao menos no primeiro caso atendido pelo candidato, a supervisão deveria ser conduzida por seu próprio analista, melhor habilitado para avaliar a emergência da contratransferência nos atendimentos recém iniciados. Já o grupo de Berlim – liderado por Eitingon – entendia que a supervisão deveria ser feita com outro analista. Um primeiro olhar, mais desavisado, poderia sugerir que o objetivo do grupo alemão era o de proporcionar ao candidato uma maior diversidade de experiências de escuta enriquecendo, assim, seu processo formador. No entanto, o objetivo “esotérico”, segundo Balint (1948), da conduta finalmente adotada – a de Berlim – fora o de tornar o espaço da supervisão mais permeável à doutrinação teórica e política. Isso porque em uma supervisão empreendida durante o processo analítico, o analista-supervisor deveria continuar respeitando as associações livres do seu analisando-candidato que, por seu turno, disporia da possibilidade de resistir aos comentários que recebe acerca dos casos clínicos que conduz também ao modo analítico, seja por meio do silêncio ou do desvio temático, o que contribuiria para

preservar a autonomia da sua prática. No espaço da supervisão destacado da análise, o *tête-à-tête* detém, como contrapartida, a possibilidade de o supervisor se colocar mais diretamente, convocando o candidato a responder às interpelações sofridas, o que aumenta consideravelmente o potencial traumático de uma experiência que, dada a dissimetria de posições, já é suficientemente perturbadora.

Dessa maneira, o dispositivo da supervisão reforçava o que se produzia com a institucionalização da análise obrigatória – a didática. A partir desse momento, a análise do candidato deveria ser feita com um dos analistas credenciados pelo instituto de formação, durante um número mínimo de anos e com frequência semanal também determinados pelo instituto. Durante essa análise, dirigentes do instituto – aconselhados pelo didata – decidiam quando deveria ter início a supervisão clínica e a participação do candidato nos seminários teóricos. Ao fim do processo, o didata detinha a palavra final acerca da validação do percurso analítico realizado por seu analisando-candidato – com pequenos ajustes e raras exceções, o espírito do modelo de 1926 ainda vigora na maior parte das sociedades psicanalíticas vinculadas a IPA (cf. Bernfeld, 1962).

Rapidamente pôde-se verificar que o dispositivo da análise didática criava ruídos na escuta analítica, uma vez que o manejo da transferência – especialmente da transferência negativa – ficava comprometido pelo atravessamento do *setting* analítico por injunções institucionais. A esse respeito, o fracasso da tentativa da análise empreendida por Ferenczi junto a Freud tornou-se paradigmático dos desafios da análise dos analistas. Em carta endereçada por Ferenczi em 17 de janeiro de 1930, lemos:

No começo, você era meu mestre adorado e meu ideal inacessível, por quem eu alimentava os bem conhecidos sentimentos misturados de aluno ... As circunstâncias desfavoráveis não me permitiram levar ao fim minha análise. Lamento, sobretudo, que na análise você não tenha descoberto ... os sentimentos e fantasias negativos em parte transferidos (Ferenczi apud Sabourin, 1988, p.183).

O efeito desses dois dispositivos cruciais da formação psicanalítica institucionalizada – análise didática e supervisão clínica – não deveria, portanto, nos surpreender: a emergência de um perfil de candidato a psicanalista bastante presente nos institutos de formação em meados do século XX, o “*normal candidate*”, composto por jovens psiquiatras bem adaptados socialmente e com poucos conflitos psicodinâmicos, que buscavam a formação psicanalítica por razões demasiado pragmáticas para os critérios dos analistas veteranos (cf. Gitelson, 1954). De fato,

as diferenças são gritantes em relação às primeiras gerações de psicanalistas. Os “questionadores, do tipo que não se satisfazia com os limites impostos ao conhecimento”, os “excêntricos”, os “autodidatas” e os “grandes imaginativos” cederam lugar a um tipo diferente de personalidade, caracterizada por candidatos que “acomodados e bem preparados, são trabalhadores o bastante para ambicionar uma maior eficácia profissional”, testemunha Anna Freud (1978).

No entanto, apesar de vários autores diagnosticarem sérios problemas no processo de formação psicanalítica oferecido pela Associação Psicanalítica Internacional, a ênfase da literatura produzida a esse respeito reside mais na tentativa de responsabilizar uma suposta subjetividade empobrecida dos candidatos – produzida por uma cultura narcísica – do que em uma efetiva análise institucional. As exceções podem ser encontradas nos comentários de Sándor Ferenczi (1928) acerca da importância de a análise dos analistas, durante seu processo de formação, ser conduzida a bom termo, e na crítica empreendida por Michael Balint (1948) ao processo “superegótico” de formação psicanalítica.

Esse é o contexto no qual Jacques Lacan (1956, 1957) tece seu trabalho de desconstrução da formação psicanalítica, que culminou na fundação, em 1964, da Escola Francesa de Psicanálise, posteriormente Escola Freudiana de Paris (EFP). O esforço de Lacan fora demonstrar que o evidente conformismo dos candidatos nada mais era que a manifestação da sua paixão pela ignorância, em sintonia à tendência teórico-clínica vigente (psicologia do ego) em se formar analistas alienados na identificação aos seus próprios didatas. Nesse sentido, o gesto lacaniano consistiu no questionamento, sob o signo do retorno a Freud e aos princípios da psicanálise, do processo de formação psicanalítica institucionalizado, e no enfrentamento do problema dos destinos da transferência nas análises dos analistas.

É o que se encontra na leitura de vários artigos dos anos 1960, nos quais Lacan (1964, 1964a, 1964b, 1967) estabelece as bases para o funcionamento da Escola por meio da distinção entre as concepções de trabalho da transferência e de transferência de trabalho. Enquanto o primeiro refere-se ao trabalho realizado, no curso de cada análise, entre o analisando e seu analista em direção ao final do tratamento, a transferência de trabalho diria respeito à relação estabelecida pelos analistas com a produção e a transmissão de saber no campo psicanalítico. “O ensino da psicanálise”, escreve Lacan (1964a, p.23), “só pode ser transmitido de um sujeito a outro através de uma transferência de trabalho. Os “seminários”, inclusive nosso curso na *Hautes Études* nada fundarão caso não reenviem a essa transferência”.

Nota-se que há um ponto de ligação entre o trabalho da transferência e a transferência de trabalho, que reside na articulação entre o final de uma análise e a “passagem” do sujeito da condição de analisando a analista (cf. Lacan, 1967). Se, no processo de formação psicanalítica empreendido pela IPA esse momento de passagem não havia sido objeto de teorização suficiente – tornava-se psicanalista aquele que o Instituto, junto ao analista didata, consideravam apto a exercer o ofício, de acordo com o cumprimento de exigências burocráticas e de avaliações pouco esclarecedoras –, na Escola Freudiana de Paris pretendia-se enfrentar o problema sem alibis nem subterfúgios. Para isso, como alternativa às concepções de liquidação ou dissolução da transferência ao fim do processo analítico, Lacan (idem) formula o conceito de “desejo do analista”, cuja emergência caracterizaria tanto o final da análise quanto o primado da transferência de trabalho. Afinal, deveria haver alguma especificidade no desejo de se retomar a experiência do inconsciente empreendida ao longo da própria análise por meio da escuta do inconsciente de outrem.

É inquestionável a importância de os analistas teorizarem o final da análise, o que já havia sido ensaiado por Ferenczi (1928). Pode-se mesmo dizer que se trata de um legado freudiano prioritário, como se encontra desde os impasses explicitados em *Análise terminável e interminável* (Freud, 1937). A inovação implantada na Escola Freudiana de Paris consistiu na criação de um dispositivo, o “passe”, que permitiria o recolhimento dos testemunhos da experiência de análise daqueles que se dispusessem a fazê-lo, de maneira a teorizar o desejo que se coloca em jogo no fim das análises. Desse modo, poder-se-ia discriminar o momento de passagem do analisando a analista oferecendo, *a posteriori*, uma definição mais precisa do que é uma análise didática (e não *a priori*, como no truísmo da IPA – didática é uma análise conduzida por um didata).

Não é objetivo desse ensaio aprofundar o capítulo que a Escola Freudiana de Paris (EFP) merece na história do movimento psicanalítico, tampouco esmiuçar as vicissitudes da experiência do passe (cf. Kupermann, 1996). É suficiente indicar, retomando o fio do nosso argumento, de que maneira o ato de fundação da EFP por Lacan repete elementos significativos que compuseram o gesto inaugural da instauração da discursividade psicanalítica por Freud – a solidão mítica do fundador, bem como a reivindicação do título de detentor privilegiado do saber psicanalítico –, caracterizando um *corte transferencial* inédito na história da psicanálise, prenhe de conseqüências.

Em 21 de junho de 1964 Lacan oficiou a leitura da “Ata de fundação” (1964): “Fundo – tão sozinho como sempre estive na minha relação com a causa

psicanalítica – a Escola Francesa de Psicanálise ...”. O problema que se coloca é que, diferentemente da situação de Freud em 1900, quando foi publicado *A interpretação de sonhos*, Lacan estava cercado de alunos e, mesmo, de analisandos. Além disso, não é evidente que uma Escola de psicanalistas seja um lugar de cultivo da solidão. A propósito do passe, Lacan diria poucos anos depois: “não estou mais longe do que vocês nessa obra, que não pode ser conduzida a sós, posto que a psicanálise constitui o seu acesso (1967, p. 37). E, em 1980, durante a fundação da Causa Freudiana, lemos: “É preciso que se inove, disse – salvo que acrescentando: não sozinho. “Vejo isto assim: que cada um ponha aí algo de seu” (Lacan, 1980, p. 54).

Segundo o depoimento de analistas que compuseram o júri encarregado de avaliar os passes na EFP, a experiência teria encontrado como principal obstáculo o peso da presença de Lacan que, sendo analista de grande parte dos seus membros, ocupava efetivamente o lugar irreduzível de mestre, a estrangular as vozes de seus seguidores (cf. Roudinesco, 1988; Roustang, 1987; Safouan, 1985). A transferência de trabalho terminava por esbarrar fatalmente na transferência a Lacan. Dessa maneira, apesar dos reconhecidos esforços para evitar, na EFP, os efeitos da psicologia de grupo evidentes na Associação Psicanalítica Internacional, não foi possível escapar do funesto destino da idealização melancólica e do silêncio mortificante.

No final da vida, durante uma conferência em Caracas, Lacan profere um chiste revelador: “Venho aqui lançar minha causa freudiana. Vocês vêem que me atenho a esse adjetivo. Cabe a vocês serem lacanianos, se quiserem. Quanto a mim, sou freudiano” (Lacan apud Roudinesco, 1988, p.720). Assim, os efeitos do movimento de retorno a Freud empreendido por Lacan sugerem que, no novo arranjo transferencial vigente em sua Escola, Lacan se tornara o último freudiano.

Há uma questão implícita que ronda os debates referentes às condições de possibilidade da pesquisa psicanalítica: é preciso ser psicanalista para se produzir saber psicanalítico? A partir do exposto, considerando-se a atualidade do campo psicanalítico, seria mais apropriado respondê-la por meio de nova indagação: quem fala hoje em nome da psicanálise?

OS CENÁRIOS DA UNIVERSIDADE

Se a psicanálise se originou fora da Academia, que benefícios a pesquisa universitária traria para o campo psicanalítico? Nova questão, derivada da leitura de “Sobre o ensino da psicanálise nas universidades” (Freud, 1919[1918]), escrito por Freud por ocasião da criação da primeira cátedra de psicanálise na universidade, em 1918, em Budapeste, para a qual

Ferenczi foi nomeado. Apesar de prometer abordar o problema da convivência da psicanálise com a universidade, Freud considera apenas os ganhos que a universidade teria com a inclusão do saber psicanalítico nos currículos de alguns de seus cursos representativos das ciências humanas e sociais. Em contrapartida, lemos que “é claro que o psicanalista pode prescindir completamente da universidade sem qualquer prejuízo para si mesmo”, uma vez que contaria com os “encontros científicos das sociedades psicanalíticas” para nutri-lo teoricamente, e com sua “análise pessoal” e a “supervisão” por psicanalistas reconhecidos para orientá-lo em sua prática clínica (Freud, 1919[1918], p. 217). Ou seja, a formação psicanalítica ocorreria, sem maiores impasses, fora da academia.

É verdade que o texto freudiano é marcado pelo signo do ressentimento da exclusão imposta pela instituição universitária à psicanálise. A discursividade psicanalítica nasce como ciência “bastarda”, na formulação de Louis Althusser (1984), sem filiação imediata com as disciplinas tradicionais – especialmente a medicina, a filosofia e a psicologia, com os quais a psicanálise mantém vínculos mais estreitos –, que resistiram a reconhecê-la. Além disso, ela se desenvolve por iniciativa de personagens marginais à academia, em torno de agremiações relativamente independentes dos poderes estatizados.

Porém, se a paisagem que se pode vislumbrar no campo psicanalítico é diversa daquele do início do século XX, os cenários exibidos pela universidade também o são. De fato, todo isolamento reativo a uma hostilidade sofrida anteriormente corre o risco – dado seu caráter eminentemente defensivo – de produzir uma cristalização da verdade e uma imobilidade do pensamento de colorido fortemente paranóide. E as versões heróicas segundo as quais a psicanálise seria a “peste” à qual a cultura resiste bravamente não contribuíram em nada para a abertura do campo psicanalítico (cf. Freud, 1925[1924]; cf. Roudinesco, 1988). Nesse sentido, pode-se reconhecer a afirmação de Garcia-Roza (1995) de que a universidade impõe suas exigências à produção teórica psicanalítica, o que contribui para que a psicanálise não se transforme num pensamento e numa prática ao abrigo de toda crítica.

Encontra-se, em um instigante ensaio de Ines Loureiro (2002), a aposta de que a pesquisa psicanalítica poderia aliar as exigências do rigor acadêmico com as especificidades da “disposição metodológica” característica do pensamento freudiano, o que acarretaria contribuições de mão-dupla a partir do estreitamento das relações entre a psicanálise e a universidade. Loureiro destaca a positividade do aspecto passivo do estilo freudiano – descrito como a inclinação em

trilhar, durante o trajeto de pesquisa, roteiros impostos pelo acaso e pela fatalidade – que tende a promover um “nomadismo” por temas adjacentes ao objeto central do estudo sem aplicação evidente, porém úteis para a sustentação da posição subjetiva do pesquisador. Apoiando-se no seu argumento, pode-se formular que a produção de saber na psicanálise implica, efetivamente, a possibilidade de uma *teorização flutuante*, correspondente à escuta flutuante do psicanalista durante a condução de um tratamento.

De fato, assiste-se há pelo menos duas décadas ao surgimento de pesquisas psicanalíticas extremamente originais produzidas na Academia, bem como a afirmação de autores brasileiros em um cenário até pouco tempo representado apenas pela produção estrangeira. Além disso, é evidente o interesse crescente de filósofos, de pesquisadores das ciências humanas e sociais, e de estudiosos das ciências, pela psicanálise. No entanto, convém indagar acerca das condições de possibilidade para que a teorização na psicanálise encontre a liberdade do pensamento irreduzível à sua realização, sobretudo considerando-se as “dificuldades particularmente grandes ligadas ao ensino da psicanálise” (Freud, 1914, p. 37) e os sintomas produzidos ao longo do processo de institucionalização da psicanálise.

Desde a década de 1970, na França, e pouco depois entre nós, no Brasil, se assiste a uma tendência de abertura generalizada para o pluralismo teórico-clínico no campo psicanalítico, associado ao surgimento de um amplo leque de instituições de formação e de transmissão da psicanálise. É evidente que a quebra da hegemonia da IPA produzida pela fundação da EFP por Lacan, em meados dos anos 1960, foi um marco decisivo para a instauração dessa situação. No entanto, o espírito da época já indicava um descontentamento com a constituição de paróquias fechadas em torno de ortodoxias rígidas e sufocantes. O grupo “Confrontações”, surgido em Paris em 1973 por iniciativa de René Major, assim como o “Colégio de Psicanalistas”, fundado em 1980, que congregavam psicanalistas oriundos de várias instituições dispostos a pensar os desafios contemporâneos da psicanálise libertos das amarras impostas pela servidão transferencial, são apenas os exemplos pioneiros (cf. Roudinesco, 1988). Várias outras associações psicanalíticas surgiram desde então, independentes tanto da Associação Psicanalítica Internacional quanto do movimento lacaniano. Nesse cenário, a universidade, que ganhara novo fôlego a partir dos questionamentos promovidos pelos movimentos estudantis do final dos anos 1960, acenava como um espaço alternativo para a expansão dos limites dos saberes além das fronteiras tradicionalmente atribuídas às disciplinas acadêmicas, abrindo-se para a psicanálise, e oferecendo-se, em

contrapartida, como lócus privilegiado para a pesquisa psicanalítica.

Claro que o nomadismo dos analistas por espaços e saberes diversos pode ser lido pelo prisma negativo da fragmentação caótica do campo psicanalítico, ou mesmo como sintoma de subjetividades dispersivas. Afinal, a multiplicidade tende a produzir angústia frente às demandas, sobretudo dos analistas iniciantes, de orientação para a sua formação e de certezas asseguradoras para a sua prática. Mas é possível, por outro lado, reconhecer a emergência de um arranjo transferencial inédito na história da psicanálise: a possibilidade de estabelecimento de uma *transferência nômade* no campo psicanalítico, que não é destinada a uma única filiação teórica ou institucional, e que restitui, assim, aos analistas, a liberdade associativa (Kupermann, 1996; 2008).

Tudo indica que essa disponibilidade afetiva se apresenta no momento da história do processo de institucionalização da psicanálise em que parece ser necessário embalhar os códigos e as redes de compromisso estabelecidas, promovendo um movimento de deriva – trabalho do “pensamento nômade”, segundo a proposição de Deleuze (1985) – de modo a afirmar a potência da teorização flutuante presente no momento da instauração, por Freud, da discursividade psicanalítica. União, separação e deslocamento são inerentes ao movimento do pensamento. Nesse sentido, a transferência nômade implica, efetivamente, uma resistência à submissão transferencial sufocante imposta nas instituições psicanalíticas, bem como a possibilidade de ventilar os saberes psicanalíticos além do constrangimento produzido pelo narcisismo das pequenas diferenças.

Porém, é preciso ressaltar, o *pluralismo* emergente na cena psicanalítica contemporânea não deve ser precipitadamente confundido com o *ecletismo* denunciado por Freud (a respeito do pensamento de Jung, por exemplo) como uma maneira de difundir culturalmente a psicanálise por meio de concessões que comprometem seus pressupostos mais incômodos. A afirmação dos princípios cruciais da psicanálise não constitui um sistema totalizante, nos moldes de qualquer *Weltanschauung*. A psicanálise persiste sendo uma obra aberta às diferenças como, aliás, se pode reconhecer na esclarecedora passagem de “A história do movimento psicanalítico”: “Qualquer linha que reconheça esses dois fatos (a transferência e a resistência) e os tome como ponto de partida do seu trabalho”, escreve Freud (1914), “tem o direito de chamar-se psicanálise, mesmo que chegue a resultados diferentes dos meus” (p. 26, parênteses nossos).

Assim, para que a produção psicanalítica possa usufruir das virtudes da inserção acadêmica, seria

preciso que os rituais, os dispositivos e as exigências que, na universidade, insistem em por à prova o narcisismo do pesquisador, ficassem imunes ao destino funesto da manipulação da transferência, preservando o pensamento nômade e o desejo de saber. Nesse sentido, é preciso combater veementemente os vícios que acompanham o processo de institucionalização da psicanálise, evitando os sintomas que transformariam a liturgia acadêmica em um rebatimento pálido dos compromissos que, usualmente, têm lugar nas associações psicanalíticas.

Por outro lado, é evidente que a face burocratizante da universidade tende a esmaecer o vigor do gesto singular por meio do qual se assina uma contribuição à discursividade psicanalítica. A tendência vigente da autoria atribuída a laboratórios e/ou grupos de pesquisa arrisca alienar o pesquisador do problema ético da responsabilização sobre a produção e a transmissão do saber na psicanálise.

Desse modo, considerando as dificuldades inerentes à pesquisa psicanalítica, bem como a riqueza anunciada atualmente pela freqüentação da psicanálise em cenários antes inusitados, deparamo-nos com uma derradeira – e necessária – indagação: onde, hoje, se produz efetivamente saber psicanalítico?

REFERÊNCIAS

- Althusser, L. (1984). *Freud e Lacan. Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal.
- Balint, M. (1948). On the psycho-analytic training system. *International journal of psychoanalysis*, London, 29, 163-173.
- Bernfeld, S. (1962). On psychoanalytic training. *The psychoanalytic quarterly*. 31, pp. 453-482. New York.
- Deleuze, G. (1985). Pensamento nômade. In Marton, Scarlett (org.), *Nietzsche hoje? Colóquio de Cerisy* (pp. 56-76). São Paulo: Brasiliense.
- Ferenczi, S. (1928). O problema do fim da análise. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 15-24). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1969/2000). *O que é um autor?* Lisboa: Vega.
- Freud, A. (1978). Difficultés survenant sur le chemin de la psychanalyse. *Nouvelle revue de psychanalyse*. 10, pp. 203-223. Paris: Gallimard.
- Freud, S. (1895[1950]/1995). *Projeto de uma psicologia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1914/1980). A história do movimento psicanalítico. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud (E.S.B.)* (Vol. 14, pp. 16-82). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1915/1987). *Neuroses de transferência: uma síntese*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1919[1918]/1980). Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (E.S.B.)* (Vol. 17, pp. 217-220). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1925/1980). As resistências à psicanálise. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (E.S.B.)* (Vol. 19, pp. 265-276). Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1937/1980). Análise terminável e interminável. In J. Strachey (Ed. e Trad.). *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (E.S.B.)* (Vol. 23, pp. 247-287). Rio de Janeiro: Imago.
- Garcia-Roza, L. A. (1995). Orelha. In D. Kupermann, & D. Rollebreg (Orgs.). *Universos da psicanálise: desafios atuais da pesquisa psicanalítica* (orelha). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Gitelson, M. (1954). Therapeutic problems in the analysis of the 'normal' candidate. *International Journal of Psychoanalysis*, 35, 174-183. London.
- Grosskurth, P. (1991). *The secret ring*. New York: Addison-Wesley.
- Kupermann, D. (1996). *Transferências cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições*. Rio de Janeiro: Revan.
- Kupermann, D. (2008). *Presença sensível: cuidado e criação na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lacan, J. (1955/1966). La chose freudienne ou sens Du retour à Freud em psychanalyse. In J. Lacan. *Escrits*, (pp. 401-436). Paris: Seuil.
- Lacan, J. (1956/1988). Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In J. Lacan. *Escritos*, (pp. 189-222). São Paulo: Perspectiva.
- Lacan, J. (1957/1966). La psychanalyse et son enseignement. In J. Lacan. *Escrits*, (pp. 437-458). Paris: Seuil.
- Lacan, J. (1959-60/1991). *O seminário – Livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1964). Ata de fundação da Escola Freudiana de Paris. *Letra Freudiana*, ano I, n. 0. (pp. 17-20). s.d.
- Lacan, J. (1964a). Nota anexa. *Letra Freudiana*, ano I, n. 0. (pp. 21-23). s.d.
- Lacan, J. (1964b). Preâmbulo. *Letra Freudiana*, ano I, n. 0. (pp. 24-28). s.d.
- Lacan, J. (1967). Proposição de 9 de outubro de 1967. *Letra Freudiana*, ano I, n. 0. s.d.
- Lacan, J. (1980). Carta de dissolução. *Letra Freudiana*, ano I, n. 0. (pp. 29-44). s.d.
- Loureiro, I. R. B. (2002). Sobre algumas disposições metodológicas de inspiração freudiana. In E. F. Queiroz & A. R. Silva (Orgs.). *Pesquisa em psicopatologia fundamental*, (pp. 143-156). São Paulo: Escuta.
- Masson, J. M. (1984). *Atentado à verdade: A supressão da teoria da sedução por Freud*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora.
- Roudinesco, E. (1988). *História da psicanálise na França* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Roustang, F. (1987). *Um destino tão funesto*. Rio de Janeiro: Timbre-Taurus.
- Safouan, M. (1985). *Jacques Lacan e a questão da formação dos analistas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Sabourin, P. (1988). *Ferenczi – paladino e grão-vizir secreto*. São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em: 15/06/2009. Aceito em: 28/10/2009.

Autor:

Daniel Kupermann – Professor Doutor do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, psicanalista membro da Formação Freudiana (RJ) e autor dos livros *Transferências cruzadas. Uma história da psicanálise e suas instituições* (Revan), *Ousar rir. Humor, criação e psicanálise* (Civilização Brasileira) e *Presença sensível. Cuidado e criação na clínica psicanalítica* (Civilização Brasileira).

Enviar para correspondência:

Daniel Kupermann
 Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Clínica
 Universidade de São Paulo – USP
 Av. Prof. Mello Moraes, 1721 – Cidade Universitária
 CEP 05508-030, São Paulo, SP, Brasil
 E-mail: dkupermann@usp.br